

## **PLV à Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021**

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprimam-se o art. 4º-A da Lei nº13.874/2019 na redação que proposta pelo art. 59 do PLV à MPV nº 1.040/2021.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O PLV à MPV nº1.040 propõe a inclusão do art. 4ºA na Lei nº13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica) o qual traz severas limitações à lavratura de autos de infração determinando a regulamentação de termos subjetivos e abstratos e sua aferição para que o auto possa ser lavrado; determina controle por parte da Advocacia Pública, numa redação pouco clara e precisa. A proposta contida no texto do PLV dificulta a atividade das autoridades fiscalizadoras e, principalmente, sua atuação em caso de constatação de violação às normas vigentes que demande a lavratura de auto de infração.

Pelo exposto, solicito apoio para a aprovação desta emenda.

Sala das sessões, de junho de 2021.



**Deputado BOHN GASS – PT/RS**

**Líder**

**Deputado ENIO VERRI – PT/PR**



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Bohn Gass e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210524534800>





# **Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20)**

## **(Do Sr. Bohn Gass )**

Altera o PLV apresentado à MPV

1.040/21

Assinaram eletronicamente o documento CD210524534800, nesta ordem:

- 1 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT      \*-(p\_7800)
- 2 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB      \*-(p\_7204)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - LÍDER do PT
- 5 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

